



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Departamento de Educação

Escola de Conselhos de Pernambuco

**PROJETO PEDAGÓGICO DO II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

(Segunda Turma)

Recife, setembro, 2015

SUMÁRIO

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento
2. Justificativa
3. Histórico da Instituição
4. Objetivos
5. Público-alvo
6. Concepção do Projeto
7. Coordenação
8. Carga Horária
9. Período e Periodicidade
10. Ementário
11. Corpo Docente
12. Metodologia
13. Sistema de Avaliação
14. Interdisciplinaridade
15. Recursos Didáticos
16. Infra-Estrutura Física
17. Critérios de Seleção
18. Trabalho de Conclusão
19. Certificação
20. Indicadores de Desempenho

1.Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome: Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente
(II Turma)

Área: Educação

Departamento proponente: DED

Modalidade de Oferta: Presencial

Subordinação: Este curso é regido pelas Normas Gerais dos Cursos de Pós-Graduação “*latu senso*” da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Está vinculado à Escola de Conselhos de Pernambuco e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PE, responsável pelo financiamento e gestão dos recursos para o oferecimento gratuito do curso.

2.Justificativa

Nos últimos tempos, as questões sociais que envolvem a infância têm estado em evidência. Com os 20 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se constatar que ações voltadas para esse grupo social têm sido ampliadas, graças às políticas públicas e ao trabalho de vários segmentos sociais, mas ainda há muito a ser feito. Com o intuito de investigar e refletir sobre as rupturas, as continuidades e os encaminhamentos das ações sociais voltadas para a criança e o adolescente, o Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, oferecido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com a Escola de Conselhos de Pernambuco, pretende contribuir com a formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com essas questões, ampliando os seus conhecimentos sobre diferentes temáticas.

O trabalho conjunto da UFRPE com a Escola de Conselhos já resultou na organização de vários cursos e eventos. A Escola de Conselhos de Pernambuco se propõe, desde a sua criação, a realizar um trabalho permanente, em parceria com instituições voltadas para a promoção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Em Pernambuco, o número de 184 Conselhos de Direitos e de 202 Conselhos Tutelares evidencia a necessidade do Estado em relação à capacitação dos conselheiros, atendendo as demandas sociais. Do litoral ao sertão do Estado, registram-se as mais diferentes experiências vividas nos conselhos, cujos procedimentos e soluções dependem do perfil e da capacitação de seus respectivos conselheiros.

Os agentes sociais, operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, são escolhidos para assumir papéis a partir do compromisso social, desconhecendo, muitas vezes, a dimensão teórica dos problemas que norteiam o cotidiano dos conselhos. O Curso *Lato Senso* em Direitos da Criança e do Adolescente visa à especialização dos operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais notadamente dos conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos (estaduais e municipais).

O Projeto procura fortalecer a atuação desses profissionais no âmbito de suas atribuições e habilidades, uma vez que oferece disciplinas voltadas para o problema da cultura dos direitos das crianças e dos adolescentes e das novas sensibilidades jurídicas e assistenciais no universo da infância, da família e da comunidade. Nesse

sentido, o tema das políticas públicas torna-se importante por buscar discutir como, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões relacionadas ao problema da violência sexual e doméstica, da exploração do trabalho infantil e do acolhimento institucional estão sendo discutidos nos dias de hoje. O Curso pretende promover o espaço de debate com a participação daqueles que atuam diretamente no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando promoverá, a partir da Disciplina Seminário Sistema de Garantia dos Direitos, o encontro dos cursistas com profissionais que atuam no campo da promoção, do controle e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3.História da Instituição

Fundada em 1912, como Escola Superior de agricultura de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tinha como objetivo formar profissionais na área de ciências agrárias. A demanda advinda dessa área gerou a possibilidade de diferentes cursos de Bacharelado e Licenciatura. Até dezembro de 1988, a UFRPE oferecia entre seus cursos de graduação o curso de Licenciatura em ciências com habilitação em Física, Química, Matemática e Biologia. Em 1990, com o desmembramento das áreas e a consolidação de novos cursos de Licenciatura Plena: em Ciências Biológicas, em Física, em Matemática e em Química, foi criada a Licenciatura Plena em História. Todas essas licenciaturas passaram a ser oferecidas no turno noturno. Em 2009, novos cursos foram oferecidos à sociedade, a exemplo de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Letras.

A dinâmica da UFRPE não se volta apenas para o ensino, a instituição tem se notabilizado também pelas pesquisas realizadas e pelas atividades de extensão que colocam em interação a sociedade e a Universidade. Com a constante intenção de buscar respostas para as questões que envolvem o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, recentemente tem executado cursos de Extensão e Aperfeiçoamento voltados para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do adolescente. As atividades são conduzidas pelo grupo gestor composto por representantes do CEDCA/PE, UFRPE, Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do adolescente e da Associação Estadual de Conselheiros Tutelares. A partir dessa iniciativa, houve o desdobramento para o curso de Especialização presentemente proposto.

4.Objetivos

4.1 - Geral

Promover a formação continuada nos requisitos teóricos e práticos dos profissionais que atuam na área de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

4.2 - Específicos

Proporcionar aos cursistas o acesso às novas discussões na área da criança e do adolescente.

Produzir pesquisas na área dos direitos da criança e do adolescente, focando a atuação dos conselhos tutelares, conselhos de direitos e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Estimular o conhecimento, a reflexão e a aplicação dos princípios teóricos e legais que garantem os direitos da criança e do adolescente.

Identificar novas formas de intervenção nas comunidades em atuam.

Trabalhar, a partir das diferentes realidades, as competências e habilidades necessárias para intervenções efetivas.

Propiciar a interação entre a Universidades e demais entidades que visem à garantia de direitos da criança e do adolescente.

5.Público-alvo

Profissionais que atuam na área de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, mais notadamente conselheiros municipais e estaduais de direitos e conselheiros tutelares.

6.Concepção Pedagógica

6.1 - Questões de Fundamentos

Um curso de especialização, quando amparado em fundamentos teóricos e conceituais consistentes, é muito importante para a formação de um especialista. De um ponto de vista individual e coletivo, a emergência de especialista numa sociedade tida como sendo “do conhecimento” é relevante para o desenvolvimento intelectual dessa dada sociedade.

No caso em tela, o Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente rege-se pelos princípios e pelos pressupostos que compreendem a formação de especialistas menos como uma espécie de hiperespecialização e mais como uma maneira interdisciplinar de contribuir para a construção de profissionais técnicos e politicamente bem estruturados.

De modo muito direto e objetivo, é possível afirmarmos que a concepção pedagógica do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente tem relação (in) direta com as linhas discursivo-pedagógicas que entendem e explicam a educação superior como sendo cronotopia voltada para a formação de sujeitos críticos criativos e cuidadosos, sujeitos necessários às reflexões sobre as problemáticas do saber.

Em função do próprio tema da especialização, como também dos objetivos já explicitados, a concepção pedagógica crítico-reflexiva que serviu de parâmetro para a construção deste Projeto tem sua base teórica, conceitual e metodológica estão fundamentadas numa matriz epistemológica de natureza sócio-histórica, posto que tal matriz prega a educação superior como sendo uma invenção humana voltada para a formação do sujeito capaz de utilizar para o seu bem individual e para o bem coletivo competências e habilidades.

Desse modo, quando afirmamos que a concepção pedagógica que sustenta este Projeto é de natureza crítico-reflexiva, queremos dizer que todas os ementários criados especialmente para esta Especialização estão amparadas numa lógica cuja base de pensamento não se baseia nos

pressupostos e nos princípios de matrizes epistemológicas reducionistas, logo as intenções dos ementários como um todo e as intenções dos ementários de modo mais específicos traduzem disciplinas reflexivas e dialógicas.

Se analisadas de modo isoladas ou mesmo em conjunto, as disciplinas que compõem a parte epistêmica deste Projeto foram montadas sob aportes teóricos que lhes dão uma mesma linha diretriz no que concerne aos argumentos por elas defendidos: a formação do estudante regularmente matriculado nesta Especialização deve ter por objetivo primeiro a melhoria no que diz respeito a sua atuação em relação tanto às crianças quanto aos adolescentes.

De um ponto de vista didático e metodológico, podemos afirmar que as disciplinas constituintes deste Projeto serão materializadas, com vistas a empreenderem um processo ensino-aprendizagem para o qual a importância do ensino não põe em xeque a relevância da aprendizagem, visto que tais disciplinas compreendem que a aprendizagem é um processo de relevância fulcral para todo e qualquer processo de ensino.

6.2 – Questões Didáticas

6.2.1 – Das Aulas Dialógicas

As aulas que ocorrerão no Curso terão por premissa serem dialógicas, pensadas num processo de ensino aprendizagem significativo para os atores escolares neles envolvidos. Desse modo, serão evitadas aulas eminentemente expositivas e procurar-se-á a materialidade de aulas interativas nas quais os conhecimentos sejam forjados sempre de modo consistente, porém prazeroso.

6.2.2 – Do Sistema de Avaliação

Como dissemos antes, este Curso pretende ser materializado na e pela prática pedagógica tendo nos fundamentos sócio-históricos da educação seu parâmetro de ocorrência. Dessa forma, o sistema de avaliação da aprendizagem que compreendera as disciplinas do Curso também seguirá, como não poderia deixar de ser diferente, a mesma linha de raciocínio.

A avaliação, por ser criteriosa, será de mesmo modo rigorosa, e não se confundirá com a simples noção de exame. No entanto, também não será simplesmente um procedimento de natureza compensatória. Os procedimentos avaliativos serão parte integrante e necessária dos processos de aprendizagem.

6.2.3 – Da Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, assim como a entendemos aqui, é um dos princípios norteadores deste Curso. Desse modo, em todas as variáveis das questões didáticas, tencionamos que a interdisciplinaridade esteja presente. A maneira como a organização metodológica das disciplinas está posta favorecerá a ocorrência de ações pedagógicas interdisciplinares.

6.2.4 – Da frequência

Aparentemente a frequência pode não ser uma problemática didática, mas ela o é. Nesse sentido, utilizaremos aquilo que está previsto em Lei para guiar nossos procedimentos didáticos: a frequência mínima exigida é 75% de presença às aulas e às atividades complementares. O acompanhamento ocorrerá por meio de listas de frequência disponibilizadas para assinatura até 25% do tempo transcorrido da aula ou da atividade complementar.

6.2.5 – Dos recursos didáticos para as aulas

Os professores poderão utilizar data-show, laptop, tela para a sala de aula, quadro branco, TV com equipamento de DVD e CD *Player*. Caso necessário, recursos mais específicos poderão ser utilizados.

7.Coordenação

7.1- Coordenador Geral

Profa. Dr. Mercês Cabral

7.2- Coordenador Pedagógico

Profa. Dra. Valéria Severina Gomes

8.Secretaria Administrativa e Acadêmica

Edleuza Rodrigues Pena

9.Auxiliar de Serviços Gerais

Será convidado um funcionário terceirizado do próprio DED para desenvolver as funções que auxiliar de serviços gerais.

10.Carga Horária

360 horas/aula

11.Período e Periodicidade

Início – Junho de 2016

Término – Junho de 2017

O curso será oferecido nas sextas e sábados, nos dois expedientes, podendo ocorrer alteração nos dias/horários de aula, em virtude da disponibilidade dos alunos e dos professores. A duração prevista é de (12) doze meses para a complementação dos créditos e a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O curso será ministrado da seguinte maneira:

Disciplina	C.H.	Créditos	Professores
História da Infância no Brasil	45	03	Humberto da Silva Miranda
Psicologia do Desenvolvimento: A criança e o Adolescente	45	03	Mercês Cavalcanti Cabral
Metodologia da Pesquisa Científica	45	03	Valéria Severina Gomes
Ética	45	03	Ana Paula Lopes de Melo
Infância, educação e direitos.	45	03	Hugo Monteiro Ferreira
Infância, família e comunidade.	45	03	Raquel Uchoa Michele Maciel
Políticas Públicas para Criança e Adolescente	45	03	Valdir Ferreira da Silva
Seminário Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	45	03	Ana Paula Lopes de Melo
Total	360	24	
Final com a entrega da monografia			

12.Ementário

12.1 - Disciplina: História da Infância no Brasil

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: O curso aborda os estudos sobre infância no Brasil como campo consolidado de interesse dos historiadores que fazem a história dos segmentos silenciados e dialogam com uma sensibilidade crescente, eivada de inquietações, com as crianças e adolescentes nas sociedades ocidentais. Ao mesmo tempo, procurar-se-á demarcar o debate historiográfico e seus temas, bem como a virada recente das pesquisas para as relações de gênero e cultura, rompendo as fronteiras até então estabelecidas com as múltiplas formas de constituição da família.

Bibliografia:

ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

AREND, Sílvia. *Filhos de criação: uma história de menores abandonados no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIRANDA, Humberto & VASCONCELOS, Maria Emília. *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

PRIORE, Mary Del (org). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 347-375.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *A sorte dos enjeitados*. São Paulo: Annablume, 2008.

RIZZINI, Irmã & RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*. São Paulo: Loyola, 2004.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha*. Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

12.2 - Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento: A criança e o Adolescente

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: A concepção do desenvolvimento humano e sua evolução teórica até os dias atuais. Estudos dos principais aspectos do desenvolvimento humano, com ênfase na infância e na adolescência. Implicações do desenvolvimento para o pleno exercício da cidadania.

Bibliografia:

ARMSTRONG, Thomas *As melhores escolas - A prática educacional orientada pelo desenvolvimento humano*, Porto Alegre : Artmed, 2008

BAQUERO, Ricardo e CASTORINA, José A. *Dialética e Psicologia do Desenvolvimento - O Pensamento de Piaget e Vygotski*. Porto Alegre : Artmed, 2007

BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. *Psicologia do Desenvolvimento*. 20.ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 2008.

COLL. C. et alli. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1996, 3v.

DAVIS, Cláudia. *Psicologia do desenvolvimento: teorias do desenvolvimento – conceitos fundamentais*. São Paulo: EPU, 2005

DESSEN, Maria Auxiliadora e cols. *A Ciência do Desenvolvimento Humano*, Porto Alegre : Artmed, 2005

NUNES, Ana Ignez B. L.; SANTOS, Michelle S.e XAVIER, Alessandra S. *Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos* Brasília, 2007

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde e cols. *Rede de Significações -E o estudo do desenvolvimento humano*, Porto Alegre: Artmed, 2004

12.3 - Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: Apresentação da função e das principais características de gêneros acadêmicos. Leitura e análise de textos do domínio discursivo acadêmico. Planejamento e produção textual de acordo com as normas da ABNT, com ênfase na elaboração do projeto de pesquisa.

Bibliografia:

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARBOSA, S. A. M. *Redação: escrever é desvendar o mundo*. 16 ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 13 ed. São Paulo: Ática, 1997.

GERALDI, J. W (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, I. G. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Ler e compreender. Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L.S. *Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica. A prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SECAF, Victoria. *Artigo científico: do desafio à conquista*. 4 ed. São Paulo: Martinari, 2007.

SERAFINI, Maria Teresa. *Como escrever textos*. 11 ed., São Paulo: Globo, 2001.

12.4 - Disciplina: Ética

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: A ética e a moral. O tempo e o espaço onde a ética é instituída. A ética e a infância. A função da ética para e na sociedade adultocêntrica. A infância seus direitos e seus deveres: as problemáticas da ética e da moral numa sociedade onde existe o ECA.

Bibliografia:

ADORNO, S. (1988). *Violência e educação*. Trabalho apresentado no 5º Simpósio Municipal de Educação, Caxias do Sul, RS. (mimeo)

_____ (Coord.). (1991). *A criança minorizada: banco de referências bibliográficas*. (Série Dossie NEV, 3). São Paulo: USP, Núcleo de Estudos da Violência.

ADORNO, T. W., & Horkheimer, M. (1982). Sociologia da família. In M. Canevacci (Org.), *Dialética da família* (2a ed., pp. 213-222). São Paulo: Brasiliense.

ALENCASTRO, L. F. (Org.). (1997). *História da vida privada no Brasil* (Vol. 2). São Paulo: Companhia das Letras.

ARIÈS, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
Azevedo, M. A. (1995). A pedagogia despótica e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: onde psicologia e política se encontram. In M. A. zevedo & M. S.

MENIN (Orgs.), *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez; FAPESP.

AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. (1995). *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe.

AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. (2001). *Mania de bater*. A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Iglu.

CALDANA, R. H. L., & BIASOLI Alves, Z. M. M. (1996). Família e educação de filhos no Brasil: Orientações numa revista católica (1935-1988). In Z. M. G. Iokoi & C. M. E.

BITTENCOURT (Coords.), *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

CAMACHO, S. (1998). *Guia prático dos pais*. São Paulo: Greenforest do Brasil.
Carvalho, M. M. C. (1997). Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In M.C. Freitas, *História social da infância no Brasil* (pp.269-287). São Paulo: Cortez.

CHAUI, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In *Perspectivas antropológicas da mulher*, (4), 23-62. Rio de Janeiro: Zahar

12.5 - Disciplina: Infância, educação e direitos.

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: Estudo do conceito de infância e a relação que tal conceito mantém com as questões relacionadas tanto aos direitos quanto as questões ligadas à educação familiar e sobremaneira a educação escolar. A problemática da infância e da educação: reflexões sobre aquilo que é entendido como direito humano e aquilo que é entendido como direito dos estatutos pedagógicos.

Bibliografia:

ARIÉS, P. (1960). *L'Enfance et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris: Piou.

BERGER, A. (1978). *A Criança*. Lisboa: Moraes Editores.

CORSARO, W.A. (1997). *The Socioljzy of Childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.

GIDDENS, A. (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Ceita Editora.

LORENA, S.(2001). Em Mazar-i-Sharif todas as noites morrem crianças de fome e frio. *Público*, (5-12), 12.

MAGALHÃES, J.P. (1997). Um Contributo para a História da Educação da Infância em Portugal. Em M. Pinto & M.J. Sarmiento (Orgs.), *As Crianças. Contextos e Identidades* (pp. 1 15-145). Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho.

PARSONS, T. (1955). *Family Socialization*. New York: Glencoe.

QUELOZ, N. (1990). Proteção, intervenções e direitos das crianças e dos jovens. *Revista Infância e Juventude*, 90,(2), 39-59.

SEBASTIÃO, J. (1998). Os dilemas da Escolaridade. Universalização, diversidade e inovação. Em Viegas, J. & Costa, A.F. da (Orgs.). *Portugal, que Modernidade?* (pp.311-327). Oeiras: Ceita Editora.

TOMÁS, C. (2000). *Ter e Não Deter o Direito de Audição. Estudo de Caso no Colégio de São Fiel*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.

UNICEF. (1993). *Informe sobre el estado de la infancia*. Madrid: UNICEF.

UNICEF. (2000). *Hechos y Cifras. 2000*. Madrid: UNICEF.

12.6 – Disciplina: Infancia, Familia e Comunidade.

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: A infância, a família e comunidade. Os estudos relativos à garantia dos direitos da infância. Os estudos referentes à elevação de categorias conceituais como infância, família e comunidade. As implicações dessas problemáticas para o pensamento contemporâneo sobre infância, família e comunidade.

Bibliografia:

AIRÈS, P. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

- ALMEIDA, M. S. K et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- BANDINTER, E. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. Brasiliense, 1981.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, M. do C. B. de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 1995.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1986.
- DURHAND, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- FREYRE, G. *Casa grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Editora José Olympio, 1975.
- GODBOUT, J.T. *O espírito da dívida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- KOLOUSTIAN, S. M. *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, Brasília: Unicef, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As formas elementares de parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LEMOS, José de Jesus Sousa. *Mapa da Exclusão Social no Brasil*. Radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.
- MEDEIROS, MARCELO. *Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil*. Texto para Discussão n. 984. Brasília: IPEA, 2003.
- PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICHHEL, V. *Família e Individuação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2000.
- SARTI, C. (1996). *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

ZALUAR, A. (1985). *A máquina e a revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985

12.7 - Disciplina: Políticas Públicas para Criança e Adolescente

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: Direitos Humanos; Movimentos Sociais; Diferenças e Desigualdades Sociais; Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes; O ECA; Violência, Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Crianças e Adolescentes como Sujeitos de Direito.

Bibliografia:

AMARAL JR., A. & BURITY, J. A. (Orgs.). *Inclusão Social, Identidade e Diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. SP, Annablume, 2006.

AURINO, A. L. B.; VIEIRA, M. do S. & Outras. *Expansão e Avaliação do Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR – em Municípios da Paraíba*. In: III CD da JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA: 28 a 30 de agosto 2007.

GOMES, R. & Outros. *Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura*. Cad. de Saúde Pública vol.18 no.3 RJ, Maio/Junho 2002, nº. 10.1590/S0102-311X2002000300019.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. RJ, DP&A Editora, 2001.

JACOBI, P. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. SP, Cortez, 1989.

LIBORIO, R. M. C. & CAMARGO, L. dos S. *A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Profissionais da Educação das Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente*. In *Gênero, Sexualidade e Educação*, RJ, 2006.

MIRANDA, H. S. (Org.). *Crianças e Adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos*. Recife, PE, Lidergraff Gráfica e Editora, 2010.

_____(Org.). *Direitos da Criança e do Adolescente*. Recife: CCS Gráfica e Editora, 2010.

OLIVEIRA, A. M. de. *Globalização, Multiculturalismo, Pluralismo e Diferença: a intolerância praticada contra as prostitutas adultas e as crianças e adolescentes exploradas sexualmente no município de Serra Talhada*. In NASCIMENTO, A. C. & GRILLO, M. A. de F. (organizadoras) In *Cultura, Gênero e Infância: nos labirintos da História*. Recife-PE, Editora Universitária da UFPE, 2008, p. 165 a 181.

_____. A Problemática da Exploração Sexual no Sertão Pernambucano: o caso de Serra Talhada. In MIRANDA, H. S. (Org.) *Crianças e Adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos*. Recife, PE, Lidergraff Gráfica e Editora, 2010.

RIZZINI, I. & RIZZINI, I. *A Institucionalização de Crianças no Brasil*. RJ e SP, Editora PUC-Rio e Edições Loyola, 2004.

SILVA, R. de C. O. *O Sujeito na Infância: quando a visibilidade produz exclusão*. SP, Loyola, 2005.

PUC-Rio. *Política Pública para Criança e Adolescente: uma breve análise*. RJ, Certificação Digital nº 0510674/CB, 2008.

SANTOS, E. A. dos. *Criança e adolescente – sujeitos de direitos*. IN INCLUSÃO SOCIAL, Brasília, v. 2, n. 1, p. 130-134, out. 2006/mar. 2007.

SEMPRINI, A. Multiculturalismo. SP, Edusc, 1999.

SOUZA, J., F. de. *A Democracia dos Movimentos Sociais Populares: uma comparação entre México e Brasil*. Recife, Edições Bagaço, 1999.

TOSI, G. *Os Direitos Humanos como Eixo Articulador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão Universitária*. In: CD do SEMINÁRIO “A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS” JOÃO PESSOA/PARAÍBA, 23 a 25 DE JULHO DE 2003.

12.8 – Disciplina Seminário Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Carga Horária: 45 h/a

Número de créditos em aulas teóricas: 03. Não há crédito em aulas práticas.

Ementa: Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Universalização dos Direitos no contexto das diferenças e das desigualdades, Estatuto da Criança e do Adolescente, Discussão dos Trabalhos Monográficos.

Bibliografia:

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

SHEIVANAR, Estela. *O feitiço da política pública: escola, sociedade e direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Faperj, 2009.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FREITAS, Marcos César de . *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortês, 2006.

MIRANDA, Humberto. *Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos*. Recife: Editora da UFPE, 2010.

NASCIMENTO, Maria Livia. *Pivetes: a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NETO, João Clemente de Souza. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Expressão e arte, 2003.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história de políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

13. Corpo Docente À DEFINIR

14. Metodologia

A tendência crítico-reflexiva, que concebe a formação continuada em todas as áreas de atuação como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento, é a concepção de educação adotada pelo curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente. Durante o curso de especialização, o cursista irá construir conhecimento e teorizar sobre a prática diária, fazendo uso da reflexão crítica no seu contexto social, político, econômico e cultural. O processo de formação que envolve a pesquisa leva paulatinamente a ler e compreender a realidade, assumindo compromisso com ela.

No que diz respeito aos profissionais que atuam para garantir os direitos da criança e do adolescente, este curso de especialização adota como metodologia para a formação os seguintes dispositivos: estudo compartilhado; planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas; estratégias de reflexão da prática e análise e sugestão de/para situações-problema de ordem teórica (conceitual) ou empírica (situações reais). O pano de fundo de todas as ações é a prática tomada como fonte de investigação, de experimentação, de indicação de conteúdo e de transformação.

A estrutura do projeto pedagógico proposto aqui busca desenvolver diferentes competências, a saber: aprender a aprender, trabalhar em grupo, comunicar-se efetivamente por meio das modalidades oral e escrita; fazer reflexões críticas com autonomia e resolver problemas. O conhecimentos adquiridos serão socializados por meio de exposições dialogadas, discussões, debates e seminários, a fim de garantir a troca de saberes e verificar a aprendizagem de forma contínua e processual.

15. Trabalho de Conclusão

A conclusão do Curso está vinculada à apresentação e defesa de um trabalho monográfico de conclusão de curso, elaborado individualmente. O acompanhamento do trabalho será feito por um professor-orientador, que poderá convidar um ou dois co-orientador(es). A avaliação será feita por meio

de uma banca examinadora composta pelo professor-orientador e por mais dois professores convidados.

16. Infraestrutura

16.1 – Local onde ocorrerão as aulas

O Curso será realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns.

16.2 – Secretaria

A secretaria do curso ficará localizada na Escola de Conselhos, Pró-Reitoria de Extensão. Lá, os alunos e as alunas poderão ter acesso às informações tanto acadêmicas quanto administrativas.

17. Critérios de Seleção

O I Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente oferece 45 (quarenta e cinco) vagas, sem ônus para os selecionados em termos de pagamento de mensalidade referente ao curso.

As inscrições deverão ser efetuadas na (Fundação de Apoio (FADURPE) conveniada/ Pró-Reitoria de Extensão da UFRPE.

Para inscrição à seleção, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

1. Documento comprobatório da conclusão de curso superior
2. Histórico escolar do curso superior
3. *Curriculum vitae*, com documentação comprobatória
4. Formulário de inscrição devidamente preenchido
5. Cópia da carteira de identidade e do CPF
6. 02 fotos 3x4
7. O interessado deverá ter participado dos cursos de extensão e seminários oferecidos pela Escola de Conselhos de Pernambuco (o documento comprobatório deverá ser anexado ao *Curriculum vitae*);
8. Plano de trabalho sobre um tema a ser pesquisado, contendo: título; justificativa; objetivos; metodologia; cronograma; resultados esperados; e referências.

Será aceita, apenas, a inscrição do candidato que tenha concluído ou comprove a aptidão para concluir o curso superior antes do período da matrícula no Curso.

A seleção dos candidatos será feita por meio das seguintes etapas eliminatórias: análise do plano de trabalho; prova escrita; entrevista (focada no plano de trabalho do candidato) e análise da documentação apresentada.

Este processo seletivo será conduzido por uma comissão presidida pelo Coordenador Geral do Curso. A matrícula será efetivada após o cumprimento de todas as exigências.

18.Certificação

Para que o aluno tenha direito ao Certificado de Conclusão de Curso aprovado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, deverá obter frequência igual ou superior a 75% da carga horária e aproveitamento suficiente, segundo os critérios de avaliação estabelecidos nas Normas Gerais. Além disso, deverá comprovar o envio de pelo menos um trabalho para publicação em periódicos, resumos, anais e similares, de eventos relacionados à área do Curso.